

**XXV ENCONTRO NACIONAL DO
CONPEDI - BRASÍLIA/DF**

**DIREITO, EDUCAÇÃO EPISTEMOLOGIAS,
METODOLOGIAS DO CONHECIMENTO E
PESQUISA JURÍDICA**

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

SAMYRA HAYDÊE DAL FARRA NASPOLINI SANCHES

ORIDES MEZZAROBA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/ UDF;

Coordenadores: Carlos André Birnfeld, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches, Orides Mezzaroba – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-175-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Educação. 3. Epistemologias. 4. Metodologias do Conhecimento. 5. Pesquisa Jurídica. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34



XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

DIREITO, EDUCAÇÃO EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIAS DO CONHECIMENTO E PESQUISA JURÍDICA

Apresentação

Para facilitar o aproveitamento pelo leitor dos assuntos tratados neste Grupo de Trabalho, os Coordenadores separaram os artigos em cinco grandes Blocos temáticos.

O Bloco de Temas Epistemológicos inicia com dois artigos que possuem como objeto de estudo a própria questão da ciência. Inicialmente, Jovina d'Ávila Bordoni e Luciano Tonet em *A INCERTEZA DO PROCESSO CIENTÍFICO*, avaliam a existência de certeza no processo científico, levando em consideração que a ciência busca permanentemente novos conhecimentos e progride com a crítica aos erros, busca a verdade, contudo estas são provisórias.

Por sua vez, Samory Pereira Santos em *O DIREITO COMO TECNOLOGIA: A UTILIDADE DO SABER JURÍDICO* busca avaliar se o conhecimento jurídico é científico e concluindo pela negativa, busca encontrar outro modelo no qual o Direito possa se adequar, encontrando a concepção de tecnologia como mais apropriada para o Direito, em vez da cientificidade.

Em específico, Tatiana Mareto Silva e Elda Coelho De Azevedo Bussinguer, considerando os obstáculos epistemológicos identificados por Gaston Bachelard, e considerando a forma que o ensino jurídico se faz no ambiente acadêmico discutem sobre *O POSITIVISMO COMO OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO: O DOGMATISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA*. Identificando a acriticidade da formação do profissional e formação idealista e simplista que dificulta a resolução de problemas sociais complexos, como situações de necessário enfrentamento para a reformulação do modelo de ensino jurídico.

Na sequência, encontra-se o artigo de Patricia Veronica Nunes C Sobral De Souza, *A EDUCAÇÃO JURÍDICA: CRÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE*, no qual a autora reflete sobre a Educação Jurídica considerando as críticas que essa recebe na contemporaneidade.

Thula Rafaela de Oliveira Pires e Gisele Alves De Lima Silva a partir de pesquisa empírica realizada no curso de Direito do UNIFESO abordam os *MOVIMENTOS DE POLÍTICA*

CRIMINAL E ENSINO JURÍDICO procuram identificar os discursos político-criminais predominantes nos espaços de poder hegemônicos e entre os acadêmicos do curso de Direito.

No artigo O PENSAMENTO COMPLEXO DE MORIN E O DIREITO, Angelina Cortelazzi Bolzam e Rafael Fernando dos Santos buscam demonstrar como Morin concebe a educação do futuro bem como, quais são as limitações e problemas que devem ser superados para que o futuro nos espere de braços abertos.

Elisangela Prudencio dos Santos no artigo O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: A PACHAMAMA E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CAPITALISTA, levanta algumas temáticas importantes para a América Latina a partir das Constituintes de Equador [2008] e da Bolívia [2009] que propuseram um Estado plurinacional, um projeto decolonial e a instituição da Pachamama/Natureza como sujeito de direito.

Finalizando o Bloco, Ana Iris Galvão Amaral e Stella De Oliveira Saraiva, no artigo intitulado A CRISE DO ENSINO JURÍDICO E A PEDAGOGIA FREIREANA, buscam investigar as possíveis causas das limitações enfrentadas pelo ensino jurídico no Brasil, discutindo as principais ideias contidas na pedagogia de Paulo Freire, apontando de que maneira elas poderiam ou não contribuir para a superação dessa crise.

Leonardo Raphael Carvalho de Matos e Anderson Nogueira Oliveira no artigo intitulado O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO, versam sobre o Ensino Jurídico no Brasil e da emancipação social pela Educação, com enfoque na formação da pessoa cidadã. Alguns problemas são apontados, como: a crise paradigmática no campo pedagógico; as práticas de ensino impróprias para atender às demandas de uma sociedade mutável; a fragmentação do conhecimento observada por meio das disciplinas e departamentos; e as disciplinas propedêuticas colocadas em segundo plano, em benefício das disciplinas de formação profissionalizante.

O segundo Bloco traz os artigos que se referem às questões funcionais da Educação Jurídica, iniciando com Renata Aparecida Follone e Rubia Spirandelli Rodrigues analisando o DIREITO E EDUCAÇÃO: A “CO-LABORAÇÃO” PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS DIMENSÕES HUMANAS E SOCIAIS NA BUSCA DA EFETIVIDADE DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA. No artigo, as autoras abordaram a educação como instrumento de “colaboração” e o reconhecimento de cada ser humano dentro da sociedade em que vive como sujeito de direitos e deveres com o propósito de se ampliar o estudo e saber na sociedade contemporânea, pelo acadêmico de direito junto aos alunos do ensino médio público.

No artigo intitulado DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: O ESTADO E A IMPORTANCIA DO TRIPÉ: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, Leonardo Canez Leite e Taiane da Cruz Rolim procuram problematizar a educação enquanto princípio fundamental e analisar em que medida o direito à educação é contemplado na ótica da Constituição Federal.

Rita de Araujo Neves e Maria Cecilia Lorea Leite propõem uma discussão sobre questões subjacentes aos atuais índices de performance usados na avaliação do Ensino Jurídico no artigo ENSINO JURÍDICO: A CORRIDA DAS FACULDADES DE DIREITO RUMO AO PODIUM VERSUS OS RISCOS DA PERFORMATIVIDADE. Para tanto, embasam-se em concepções de performance e de performatividade propostas por Stephen Ball, articulando-as ao atual ranqueamento das Faculdades de Direito no Brasil e seus reflexos nas representações do “bom professor” de Direito.

Rogério Luiz Nery Da Silva e Darléa Carine Palma Mattiello no artigo DIREITO À EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA - MECANISMOS DE EFETIVIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA “ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA” (LEI FEDERAL Nº. 13.146/2015), analisam o conteúdo do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº. 13.146/2015, formalmente denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e avaliam se a lei é eficaz em termos de educação inclusiva.

Finalizando este Bloco, Clarindo Epaminondas de Sá Neto e Olga Maria B Aguiar De Oliveira escrevem sobre DISCUTIR GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO: POR UMA POLÍTICA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES, visando elucidar essa discussão e elencando os principais motivos pelos quais julgam ser importante que a escola seja um local de reflexão acerca desse tema.

O terceiro Bloco, dedicado às Metodologias de Ensino inicia-se com Tamer Fakhoury Filho e Frederico de Andrade Gabrich (RE)PENSANDO O ENSINO JURÍDICO POR MEIO DAS PRÁTICAS DE STORYTELLING: O EXEMPLO DO JÚRI. No artigo os autores propõem a mudança do modelo mental dominante no ensino e na prática do direito (ainda essencialmente fundado no conflito e no processo judicial) a partir do uso do storytelling na sala de aula e na prática profissional.

No artigo intitulado A INFLUÊNCIA DO COMMON LAW NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E A CRISE NO ENSINO DO DIREITO: APRESENTAÇÃO DO PROBLEM BASED LEARNING COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO, Pedro Augusto De Souza Brambilla e

Paulo José Castilho pretendem demonstrar que urge a implementação de métodos de aprendizagem aptos a suprirem as deficiências do ensino jurídico, destacando-se o problem based learning como possível solução.

No mesmo sentido, no artigo *APLICANDO METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DO DIREITO NO BRASIL*, Renata Albuquerque Lima e Átila de Alencar Araripe Magalhães tratam de sete metodologias ativas: diálogo socrático, método do caso, PBL – problem based method, role-play, simulação e seminário, com o objetivo de demonstrar que se pode ensinar o direito dentro de outras perspectivas e que os resultados são positivos.

Luisa Mendonça Albergaria De Carvalho apresenta uma outra metodologia no artigo *A INOVAÇÃO DA METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS MAPAS MENTAIS*. Afirma que Mapas mentais constituem uma ferramenta moderna, de fácil confecção e utilização, demonstrando sua utilização como fonte metodológica de ensino jurídico.

No artigo *MÉTODO CLÍNICO DO ENSINO JURÍDICO: O LABORATÓRIO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS*, Juliana Luiza Mazaro e Julio Pallone defendem que o método clínico ao aliar a teoria com a prática do direito, pelo qual o estudante trabalha em casos reais, mostrou-se ao longo das décadas uma ferramenta pedagógica efetiva, principalmente, na formação de interpretes do direito, exigindo dos professores e do corpo de alunos reflexões críticas e habilidades em resolução de conflitos na busca da justiça social.

Jailsom Leandro de Sousa no artigo *CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E POPULARIZAÇÃO DO ACESSO: NECESSIDADE DE UMA NOVA METODOLOGIA DE ENSINO?*, ao tratar do crescimento dos cursos e das matrículas no ensino superior no Brasil – e do curso de Direito em particular – e a mudança no perfil dos alunos ingressantes procura responder se a metodologia de ensino superior existente é adequada ou se seria necessário criar uma nova para atendê-los.

Finalizando o Bloco de metodologias, Claudia Regina Voroniuk no artigo *O ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA E A INSERÇÃO SOCIAL NO BRASIL - OPORTUNIDADE OU MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*, defendem a ideia de que o EAD não pode ser um mero distribuidor de diplomas de graduação. Os critérios de avaliação desses novos cursos precisam ser rígidos para assegurar a qualidade do ensino e a formação de profissionais preparados para suprir as necessidades atuais do mercado de trabalho.

O quarto Bloco é dedicado ao Professor de Direito e inicia com o artigo A ALTERIDADE COMO PERFIL ÉTICO E SOLIDÁRIO DO PROFESSOR AO SE COLOCAR NA POSIÇÃO “DO OUTRO”, no qual Aline Cristina Alves e Roseli Borin

Defendem que que cabe ao professor infundir no aluno um perfil ético e crítico na busca de transformações no sistema para a implementação do autentico Estado Democrático de Direito no Brasil.

No artigo A CRISE DO ENSINO JURÍDICO E O PAPEL DO DOCENTE NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL, Ramon Rocha Santos e Carlos Pinna De Assis Junior buscam investigar o atual fenômeno de democratização do ensino e a proliferação de cursos de Direito em nosso país, com ênfase na figura do docente como agente responsável pelo atual cenário e, ao mesmo tempo agente transformador da realidade social.

Por sua vez, Lahis Pasquali Kurtz e Anna Clara Lehmann Martins no artigo A LACUNA ENTRE O MESTRE E O PROFESSOR: DADOS ACERCA DA PRESENÇA DE DISCIPLINA VOLTADA A ENSINO NOS CURRÍCULOS DE CURSOS DE MESTRADO EM DIREITO NO BRASIL, buscam observar os currículos de mestrado em direito a fim de verificar se ofertam aos mestres capacitação para ensino, comparando-a com a importância dispensada no currículo à pesquisa e à produção da dissertação.

Finalizando o Bloco, no artigo O PROEMINENTE PAPEL DO DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO CONTEXTO ATUAL - ÊNFASE NA APRENDIZAGEM, Edyleno Italo Santos Sodré apresenta, com análise crítica, o proeminente papel do professor universitário na forma o de profissionais do Direito - Juízes, Promotores, Delegados, Defensores e Advogados.

O quinto e último Bloco   dedicado   pesquisa em Direito e inicia com o artigo de Mariana Moron Saes Braga e Rodrigo Maia de Oliveira intitulado MEIOS DE DIVULGA O DE PESQUISA E PADRÃO DE AUTORIA ENTRE LÍDERES DE GRUPOS DE PESQUISA EM DIREITO que tem o objetivo de verificar se os líderes de grupos de pesquisa em Direito possuem um padrão de autoria individual ou coletivo em suas publica es. O artigo também compara a quantidade de artigos, livros e capítulos de livros publicados de modo a identificar uma preferência entre os meios de divulga o das pesquisas.

Na sequência, no artigo O FEN MENO DA REPETI O NA PESQUISA JURÍDICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AUSÊNCIA DE INOVA O NOS TRABALHOS

ACADÊMICOS DE DIREITO, Laura Campolina Monti e Nathalia Guedes Azevedo, se propõem a investigar o papel da pesquisa jurídica e dos debates acadêmicos, tendo como parâmetro as dissertações de mestrado produzidas nos últimos três anos pelos discentes de três das mais relevantes instituições de ensino do estado de Minas Gerais.

Por fim, o artigo A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVER PESQUISAS NO CAMPO JURÍDICO VALENDO-SE DA METODOLOGIA DE ABORDAGEM QUALITATIVA de Adriana Ferreira Serafim de Oliveira e Jorge Luis Mialhe discute a possibilidade de pesquisar no campo jurídico através da metodologia de abordagem qualitativa utilizada nas pesquisas em ciências humanas.

Prof. Dr. Carlos André Birnfeld (FURG)

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches (UNINOVE)

Prof. Dr. Orides Mezzaroba (UFSC)

A INOVAÇÃO DA METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS MAPAS MENTAIS

THE INNOVATION OF THE METHODOLOGY OF LEGAL EDUCATION THROUGH THE USE OF MIND MAPS

Luisa Mendonça Albergaria De Carvalho ¹

Resumo

Mapas Mentais são úteis diariamente, especialmente quando aplicados como metodologia de ensino no Direito. A sociedade sofre constantes modificações e o Direito, por integra-la, também. Tal evolução enseja na busca de um mecanismo inovador como método de ensino. Mapas mentais constituem uma ferramenta moderna, de fácil confecção e utilização e apresentam resultados finais satisfatórios. O referencial teórico conceitua Mind Maps apresentando suas características e aplicações, bem como demonstra sua utilização como fonte metodológica de ensino jurídico. Posteriormente, será exposto situações comprovando que o uso desta técnica, proporciona, aos envolvidos, uma maneira rápida e eficiente de se alcançar as metas traçadas.

Palavras-chave: Direito, Educação, Inovação, Metodologia de ensino, Mapas mentais

Abstract/Resumen/Résumé

Mind Maps are useful, especially when applied as a teaching method in Law. Society undergoes constant changes and the Law, to be part of it, too. This evolution entails the search for an innovative teaching method. Mind maps are a modern tool, easy to do and use, and have satisfactory outcomes. The theoretical framework conceptualizes Mind Maps showing its features and applications, and demonstrates its use as a methodological source of legal education. Later, it will be exposed situations proving that this technique provides a quick and efficient way to achieve the set goals.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Law, Education, Innovation, Teaching methodology, Mind maps

¹ Mestranda em Direito pela Universidade FUMEC

INTRODUÇÃO

Este trabalho almeja discutir, tendo como problema central, a utilização dos Mapas Mentais, também conhecidos como Mind Maps, na metodologia de ensino no Direito.

Para isto, será feito, inicialmente, um estudo à respeito da origem da técnica abordada, bem como será demonstrada suas aplicações no dia a dia, justificando, em seguida, o porque hoje é vantajosa a abrangência do uso dessa simples e poderosa ferramenta de gestão do conhecimento nas atividades diárias do ser humano.

Logo após, serão abordados os conceitos mapas mentais e metodologia de ensino no Direito, com suas respectivas particularidades e características. Pretende-se também fazer uma breve explanação á respeito da utilização deste mecanismo na preparação de uma prova de concurso público, Exame de Ordem ou até mesmo nos estudo diários de conteúdos lecionados em sala de aula, demonstrando como se é possível, através de um diagrama hierarquizado de conceitos e informações, docentes e estudantes poderem organizar, apresentar e discutir seus pensamentos e ideias a respeito de assuntos relacionados ao Direito de uma forma sucinta, clara e inovadora.

O mapa mental deve ser algo que ajude os docentes e os estudantes a se comunicarem com eles mesmos e com o Direito em um todo. Quase sempre um professor, ao ter suas ideias, não consegue organizá-las e transmiti-las aos seus alunos de forma didática e objetiva. O mapa mental vai exigir que, por meio de uma lógica, palavras-chave e imagens, os objetivos almejados e as ideias vindas por esses docentes ou pela equipe que os cercam sejam mapeadas, organizadas e agrupadas em um único local - geralmente em uma folha de papel ou até mesmo na tela de um computador -, possibilitando assim, que esses pensamentos e propostas possam ser registradas, estudadas, compreendidas e até memorizadas de uma forma rápida, eficiente, gerando uma visão ampla e crítica da ideia por um todo.

O mesmo acontecendo com os estudantes. Por terem uma gama infinita de conteúdos e editais a serem estudados acabam se perdendo em meio a tantas informações, não assimilando e aprendendo, de fato, o que lhes são cobrados.

Nesse contexto, o artigo tem como objetivo geral compreender os mapas mentais de uma forma geral, especificamente, examinando sua aplicação na metodologia de ensino no Direito.

Desse modo, a fim de que o objetivo geral possa ser atendido, o artigo propõe-se, em seus objetivos específicos: explicar e caracterizar os mapas mentais e metodologia de ensino jurídico, ilustrar as suas formas de aplicações e utilizações, demonstrar como se dá a sua

construção, para que, qualquer pessoa que tenha posse deste artigo se encontre apto para fazer uso do mesmo, e, enfatizar e defender que hoje, as pessoas que são adeptas dos mapas mentais, conseguem administrar suas vidas, tarefas, sonhos e pensamentos com mais facilidade e sucesso.

Justifica-se o estudo do tema em razão das consequências positivas da aplicação dos mapas mentais no dia a dia, principalmente, como método de estudo para provas e concursos. Ressalta-se ainda que, o presente artigo, não se propõe a esgotar o tema debatido.

Na metodologia, utiliza-se de método dedutivo, do qual se extraem noções gerais acerca do tema proposto, mapas mentais, a fim de confirmar a particularidade do ponto de vista do pesquisador.

Ao final, será apresentada a representação de alguns exemplos de confecções de mapas mentais.

Diante ao exposto, mostra-se de suma importância o desenvolvimento deste trabalho, em que se busca demonstrar que, como já adiantado, o mapa mental possibilita a redução significativa do tempo de planejamento de um pensamento, ideia, meta, elaboração e revisão de tarefas escritas, proporcionando uma visão geral do assunto em análise de forma rápida e eficaz, facilitando sua memorização e entendimento, além disso, em se tratando da metodologia de ensino jurídico, facilita aos docentes transmitirem um conteúdo de forma mais limpa e objetiva, garantindo maior aproveitamento da turma, bem como, possibilita aos estudantes de Direito em geral, uma aprendizagem e um domínio de determinado assunto de forma mais satisfatória.

DESENVOLVIMENTO

1. O QUE SÃO MAPAS MENTAIS?

Mapa Mental, também conhecido como Mind Map, é uma maneira inovadora de organizar pensamentos, palavras, ideias, tarefas ou outros itens ligados a um conceito central e dispostos de forma radial e não linear ao redor deste tema chave, através da utilização de um diagrama. Esta técnica tem, como objetivo básico, estimular a imaginação e o fluxo natural de ideias livre da rigidez das anotações textuais e lineares (listagens).

Este método é tido como um valioso recurso no gerenciamento de informações, elaboração de relatórios, aulas, palestras, reuniões, estudos, preparações para concursos públicos e vestibulares, planejamentos de negociações, agenda, viagens, gerenciamentos de empresas, etc. Basicamente, pode ser utilizado em quaisquer situações, nas quais as informações possam ser representadas pelas suas palavras-chave, desenhos, diagramas ou símbolos. Mapa Mental é sistema de expressão escrita: rápido, eficaz e muito útil para registrar informações que podem ser perdidas no esquecimento caso tentemos registrá-las em um texto sequencial. Eles facilitam a compreensão de certo tema e possibilitam a memorização de um conteúdo de forma simples e eficiente.

Estudos comprovam que o cérebro humano é projetado para assimilar informações de forma não linear, ou seja, a principal linguagem do cérebro não é nem a palavra escrita nem a falada. No mecanismo cerebral, as ideias se associam de forma aleatória e, apenas aquelas geradas a partir da combinação de palavras, números e ordem com as cores, símbolos e imagens são mais facilmente assimiladas, memorizadas, compreendidas e lembradas.

O cérebro humano é dividido em duas metades: hemisfério direito e hemisfério esquerdo. Embora essas metades tenham uma estrutura muito semelhante, algumas funções são de responsabilidade de um único lado.

Em 1836, um médico do interior da França, chamado Marc Dax¹, foi o primeiro a sugerir que os hemisférios cerebrais teriam funções diferentes. Analisando seus pacientes que tiveram um derrame cerebral, observou que, quando a lesão era no hemisfério esquerdo, o paciente ficava com o corpo paralisado do lado direito e sem a fala.

Pouco tempo depois, o cientista francês Pierre Broca, descobriu que o centro motor de comando da linguagem falada encontra-se apenas no hemisfério esquerdo. Uma lesão dessa área torna a pessoa total ou parcialmente afásica (perda da capacidade de enunciar a voz), sem entretanto alterar outras funções relacionadas à linguagem. Posteriormente descobriu-se

¹ Marc Dax (27 December 1770 – 3 June 1837) was a French neurologist, sometimes credited for discovering the link between neurological damage to the left hemisphere, right-sided hemiplegia, and a loss of the ability to produce speech (aphasia). He submitted his discovery, based on the observations of three patients in Montpellier, to the French Academy of Sciences and two previous notes were published in 1836, 25 years before Paul Broca's more famous description. His papers were titled Observations tending to prove the constant coincidence of disturbances of speech with a lesion of the left hemisphere of the brain, and Lesions of the left half of the encephalon coincident with the forgetting of signs of thinking. He died one year later and thus his discovery remained obscure. Informação disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Marc_Dax. Acesso em: 31/03/16.

também que outras áreas relacionadas à percepção da fala, escrita, etc., também são lateralizadas.

Sendo assim, com base no exposto, muitos filósofos e cientistas acreditam que o hemisfério esquerdo é mais relacionado ao raciocínio lógico e à linguagem (logos = palavra), e que este seria o hemisfério dominante ou principal. Já o hemisfério direito, na época com as suas funções desconhecidas, foi chamado de hemisfério subordinado ou secundário. Hoje, o lado direito é descrito como a razão da intuição e criatividade, da emoção e da intuição.

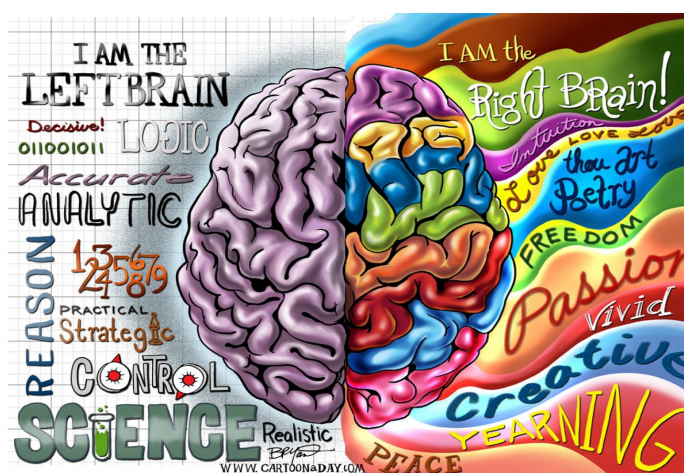


Figura 1 – Os dois lados do cérebro (Imagem disponível em: <http://www.fatosdesconhecidos.com.br/o-cerebro-tem-um-lado-criativo-e-outro-racional/>)

Em meados do século 20, no Instituto de Tecnologia da Califórnia, Roger W. Sperry e seus alunos, pesquisando o cérebro, perceberam que, uma das principais funções deste órgão é a de permitir a comunicação entre os dois hemisférios, transmitindo a memória e o aprendizado.

No nosso dia a dia, infelizmente, poucas pessoas conseguem fazer essa associação e utilizar de forma perspicaz os dois lados cerebrais em conjunto. Os mapas mentais buscam essa utilização conjunta dos dois hemisférios em perfeita sintonia.

1.2 O SURGIMENTO DA FERRAMENTA

A técnica de mapas mentais ou Mind Maps foi desenvolvida por um inglês chamado Tony Buzan, no final da década de 60, onde observou, através de um estudo do lado esquerdo do cérebro humano, que as pessoas a medida que elas vão sendo educadas formalmente na

escola começam a perder traços da criatividade adquirida na infância a partir da alfabetização e, de tanto estudarem, começam a ficar cartesianas.

Hogan define conceitua mapa mental como um sendo:

processo de estímulo ao pensamento criativo, planejamento, sumarização e memorização, que permite relacionar um conjunto de ideias, que por sua vez geram novas ideias, atingindo um círculo virtuoso que é a essência do pensamento criativo. Independente da especialização a que o indivíduo se apresenta em cada lado do cérebro, quando uma pessoa procura desenvolver uma área específica do cérebro, por exemplo o raciocínio lógico, um efeito sinérgico é produzido ocasionando uma melhoria na performance de todas as áreas mentais . (HOGAN, CHRISTINE. Mind mapping; some practical application. Training & Management Development Methods, v.8, 1994.)

Segundo Descartes², filósofo criador do pensamento cartesiano, o pensamento cartesiano é aquele que se preocupa com a ordem, clareza e a distinção dos fatos, através de um método universal, inspirado no rigor matemático e racionalista. Esta ciência possui como fundamento principal a busca da verdade.

Para o filósofo, sobre tudo deve haver um fundamento para provar a verdade, fundamento este que deve ser baseado em coisas reais e existentes em um universo real. Descartes instituiu a dúvida: Só se pode dizer que existe aquilo que puder ser provado. Nisto, Descartes tenta provar a existência do seu próprio eu. *Eu que penso, logo existo*. Para ele bastaria verificar, analisar, sintetizar e enumerar um fato para se chegar a uma conclusão concreta e absoluta. Sem brechas para novos parâmetros, sem a possibilidade de abstração.

Se seguíssemos por este método, não conseguiríamos chegar hoje ao estudo transdisciplinar. Entretanto, René Descartes deixou grandes contribuições para as

² René Descartes (1596-1650) foi um filósofo, físico e matemático francês. Autor da frase "Penso, logo existo". É considerado o criador do pensamento cartesiano, sistema filosófico que deu origem à Filosofia Moderna. Sua preocupação era com a ordem e a clareza. Propôs fazer uma filosofia que nunca acreditasse no falso, que fosse fundamentada única e exclusivamente na verdade. Uma nova visão da natureza anulava o significado moral e religioso dos fenômenos naturais. Determinava que a ciência deveria ser prática e não especulativa. Sua principal obra foi "O Discurso Sobre o Método" (1637), na qual apresenta o seu método de raciocínio, "Penso, logo existo", base de toda a sua filosofia e do futuro racionalismo científico. Nessa obra expõe as quatro regras para se chegar ao conhecimento: nada é verdadeiro até ser reconhecido como tal; os problemas precisam ser analisados e resolvidos sistematicamente; as considerações devem partir do mais simples para o mais complexo; e o processo deve ser revisto do começo ao fim para que nada importante seja omitido. Informação disponível em: < http://www.e-biografias.net/rene_descartes/> acesso em 1/04/16.

ciências exatas. Com isso, se partíssemos todos do pensamento cartesiano, as possibilidades de imaginar e pensar seriam ínfimas.

O princípio fundamental de Mapa Mental é que as ideias, não nascem no cérebro humano de maneira organizada, mas sim de forma desorganizada e caótica, como imagens desconexas e aleatórias, que vão se clareando conforme o cérebro trabalha seus relacionamentos com as experiências já vividas.

E foi assim que, em 1970, Buzan, a partir das indagações previstas a seguir, criou a metodologia dos mapas mentais, objetivando o melhor aproveitamento das atividades cerebrais e facilitando a aprendizagem e memorização por meio do encadeamento não linear de informações, levando-o posteriormente, a ser considerado uma das maiores autoridades do mundo em Aprendizagem Acelerada.

“Na escola, passei milhares de horas aprendendo matemática. Milhares de horas aprendendo linguagem e literatura. Milhares de horas em ciências, geografia e história. Então me perguntei: quantas horas passei aprendendo como minha memória funciona? Quantas horas passei aprendendo como meus olhos funcionam? Quantas horas aprendendo como aprender? Quantas horas aprendendo como meu cérebro funciona? Quantas horas aprendendo sobre a natureza do meu pensamento e como ele afeta o meu corpo? E a resposta foi: nenhuma, nenhuma, nenhuma...” Tony Buzan

1.3 CONSTRUINDO UM MAPA MENTAL

Como já explicitado, a utilização da ferramenta do mapa mental como mecanismo de aprendizagem, é cercada de inúmeros benefícios. Tony Buzan criou 7 leis para elaborar os Mapas Mentais que consistem em:

- Iniciar no centro da página, que deve estar sentido paisagem (horizontal), o que possibilita uma visão mais ampla do diagrama e, com isso, uma melhor fixação do tema trabalhado;
- Usar uma imagem para sua ideia central;
- Usar muitas cores: o uso de cores neutras, ou a falta de cores causada pelo branco podem diminuir em até 25% a eficiência das pessoas.
- Conectar os ramos principais à imagem central (sub-tópico ao tópico central) e os ramos secundários aos ramos principais; A importância relativa de cada ideia é claramente indicada; quanto mais perto do centro, mais importante.
- Fazer os ramos fluírem organicamente e em curvas;
- Use apenas uma palavra chave por linha;
- Use muitas imagens para ilustrar : “Uma imagem vale mais que mil palavras”.

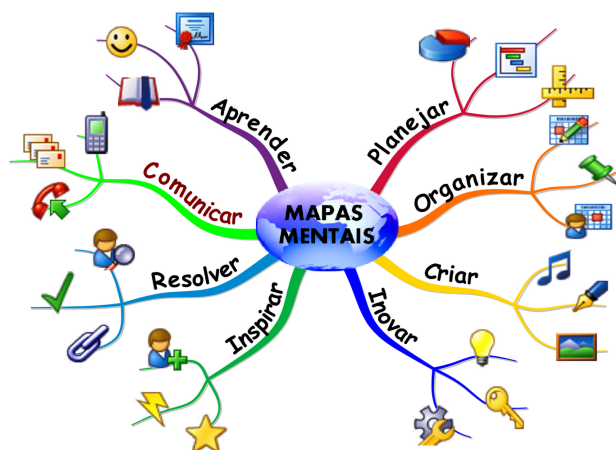


Figura 2 – Como elaborar e otimizar seus estudos (Imagem disponível em: < <http://marciookabe.com.br/mapas-mentais-2/como-fazer-mapas-mentais/> acesso em 01/04/16.)

Os mapas mentais podem ser construídos tanto manualmente quanto eletronicamente. No primeiro caso, se faz necessário apenas a utilização de uma folha de papel (sempre utilizando-a em formato horizontal) e canetas coloridas, lápis de cor, tintas ou gravuras. Já os eletronicamente confeccionados, devem ser feitos a partir da utilização de um equipamento eletrônico e de softwares capacitados para a realização do diagrama de pensamentos.

É importante frisar que, atualmente, se encontra disponível no mercado tanto os softwares mais simples e gratuitos, quanto os mais complexos e pagos. Tony Buzan criou um software de mapas mentais denominado como iMindMap.

1.4 FORMAS DE APLICAÇÃO, UTILIZAÇÃO E CASOS MUNDIALMENTE CONHECIDOS COM OS MIND MAPS

1.4.1 COMO E ONDE USAR?

O mapeamento mental pode ser utilizado em quase todas as atividades, tanto as pessoais como as profissionais, nas quais o pensamento, a memória, o planejamento e a criatividade estejam envolvidos. Algumas das principais utilizações deste mecanismo, que oferece seus inúmeros benefícios de forma simples e eficaz, serão exemplificadas abaixo conforme citados por Buzan e Buzan (1996):

1. Aprendizado: é inerente à construção do mapa;
2. Tomada de decisão: pode ser usado sob diversas formas, desde um simples ``prós e contras` `até uma complexa árvore de decisões .
3. Organização e planejamento: de ideias, informações, conteúdo, principalmente em reuniões, palestras e projetos;
4. Comunicação: uma vez definidas algumas regras de formatação e desenho do Mind Map, esse passa a ser uma interessante alternativa de comunicação, dada a sua forma clara e organizada de apresentação. Porém, como o mapa é resultado da interpretação de seu desenvolvedor, problemas podem surgir com entendimentos diversos de códigos e sinais;
5. Negociação: ao organizar todas as informações pertinentes ao caso, seu negociador pode desenhar sua estratégia, levantando os riscos, possíveis reações e até uma árvore de decisão, enfim, é capaz de desenvolver a melhor alternativa de negociação;
6. Desenvolvimento: tanto de ideias como de produtos;
7. Reunião: tanto na preparação como em seu desenvolvimento – um dos participantes fica responsável pela criação do Mind Map durante a realização da entrevista, como uma ata, de forma que todos possam acompanhar sua evolução e refletir sobre as conclusões;
8. Apresentação: em contraste com as notas tradicionais, o Mind Map dá maior liberdade e flexibilidade ao orador, permitindo melhor adequação da apresentação de acordo com a reação da audiência;
9. Brainstorming: provavelmente, a forma mais poderosa de utilização desta técnica, principalmente se realizada em grupo. A vantagem de poder visualizar o todo (gestalt) potencializa a geração de novas ideias, além da identificação de oportunidades e riscos;
10. Análise de casos: resultante da organização de informações e de brainstormings;
11. Preparação de aula: treinamento, apresentação, organização do conteúdo, do formato, de acordo com o público.
12. Telefonemas: registrando assuntos, detalhes, datas e acompanhamentos; pois é frequente as pessoas que receberam uma ligação de alguém que solicitou providências para três assuntos diferentes, esquecerem-se de um ou dois, ou pelo menos de algum detalhe;

13. Entrevistas de candidatos, dividindo a parte acadêmica com cores frias, e a parte da personalidade e atitudes com cores quentes, e ainda fazer o roteiro das perguntas a serem feitas;
14. Análise de contratos: separar por cláusula com os assuntos a serem discutidos ou separar o que é negociável do que não é negociável, ou o que é desnecessário;
15. Perfil de clientes: tempo de relacionamento com detalhes importantes para mostrar que você conhece e se lembra bem do cliente, como eventos importantes relatados por ele, nomes de esposa ou filhos, datas de comemorações, preferências. O cliente se sentirá extremamente diferenciado e importante se, após um ano sem encontrá-lo, você lembrar-se do nome de seus filhos ou de sua comida favorita ou bebida predileta;
16. Resumo de livros: em três passos, o primeiro é folhear o livro procurando o índice, letras em itálico, tópicos principais, negritos, fotos, desenhos ou gravuras, isso deve levar cerca de 5 minutos. O segundo passo é montar o mapa mental com os capítulos ou divisões do índice nos troncos principais e as seções e subseções nas ramificações (ramos). O terceiro passo é ler o livro e completar o mapa com os detalhes que você considerar relevantes, de acordo com os seus objetivos prévios da leitura;
17. Roteiro de viagens; bem como o que se levar em uma mala;
18. Planejamento de atividades semanais;
19. Estudo para concursos e vestibulares;
20. Dissertação de mestrado;
21. Gestão de projetos;
22. Dia a dia do funcionamento de uma empresa, entre outros;

1.4.2 CASOS DE UTILIZAÇÃO DOS MAPAS MENTAIS MUNDIALMENTE CONHECIDOS

1.4.2.1 COMO ECONOMIZAR US\$ 11 MILHÕES UTILIZANDO MAPAS MENTAIS – CASO BOEING

A empresa americana Boeing Corporation, identificou que problemas de qualidade na manutenção de suas aeronaves eram devidos à falta de leitura dos manuais de operação que totalizavam cerca de 31.000 páginas, por parte dos engenheiros. Dr. Stanley, líder da divisão de projetos, condensou esse manual em um mapa mental de 8 metros de comprimento, com a intenção de tornar a informação contida no material mais acessível e possibilitando maior entendimento sobre o funcionamento dos equipamentos por parte dos funcionários. O mapa

mental projetado por Dr. Stanley, proporcionou a Boeing, uma redução anual de US\$11 milhões de dólares.

1.4.2.2 UTILIZAÇÃO DE MAPA MENTAL NA CON EDISON - NYC

A utilização do mapa mental foi fundamental para a reconstrução na parte de distribuição de energia elétrica de Manhattan, após o atentado às torres gêmeas. Um usuário dos mapas mentais da Con Edison, empresa prestadora de serviços elétricos de Nova York, escreveu:

“A few months after 9/11 I was having coffee with my friend Lisa Frigand of Con Edison’s Economic Development department. She told me that she was on a committee involved with rebuilding Downtown Manhattan and that they were having a great deal of difficulty keeping straight all the groups involved with the project. I had introduced her to Mind Mapping a few years ago (by helping her mind map a project she was doing for our company’s CEO) and we came up with the idea of creating this map. Lisa provided the information about all the groups involved and I put the map together. I also interviewed some of the people involved to get the correct data and relationships.”
(<http://ideamapping.ideamappingsuccess.com/IdeaMappingBlogs/2011/10/13/idea-map-or-mind-map-used-to-rebuild-downtown-manhattan-after-911/>)

Como podemos ver, muitas são as hipóteses de utilização da técnica dos mapas mentais criados por Tony Buzan. O presente artigo, elegeu duas delas como forma de aprofundamento. A seguir serão então tratados os temas mapas mentais no Direito, enfatizando como essa inovadora ferramenta facilita a metodologia de ensino jurídico, demonstrando sua utilização como mecanismo de estudos para provas e concursos públicos bem como será abordado como se dá sua aplicação na elaboração de plano de curso a ser lecionado por um docente de Direito.

2 MAPAS MENTAIS NO DIREITO

2.1 Mapas mentais nos estudos de conteúdos, provas e concursos públicos

Provavelmente já aconteceu com você, em algum momento de sua vida, de assistir a uma aula, palestra ou curso sobre um determinado assunto, estudá-lo em casa, fazer exercícios e depois de algumas semanas não lembrar de muita coisa relacionado ao tema visto. Pois bem. Isso acontece porque existem conteúdos que estudamos, entendemos e até aprendemos, mas

não conseguimos mantê-los armazenados na memória, sem que sejam revisados inúmeras vezes.

Na preparação para os concursos públicos ou para o próprio Exame de Ordem, muitos candidatos sentem dificuldade em assimilar de forma duradoura certo conteúdo exigido, pois não foram preparados para “aprender à longo prazo”. Sendo assim, acabam tendo que se lembrar ou até mesmo que reaprender diversos assuntos estudados e vistos durante a preparação das provas.

A explicação para isso é que quando nos deparamos com algum conteúdo novo, este fica armazenado na parte mais “superficial” da nossa memória, fazendo com que, à um curto espaço de tempo, possamos lembrar e ter acesso à essas informações de forma rápida e fácil.

Porém, com o passar do tempo e com a aprendizagem de novos conteúdos e conhecimentos, esse assuntos mais antigos acabam sendo internalizados e esquecidos em nossa memória. Quanto mais o tempo passa, mais temos dificuldades para evocar aquilo que estudamos, aprendemos e praticamos em forma de atividades e exercícios. Ao passo que, quanto mais revisamos um assunto, mais fixo e acessível ele se torna em nossa memória e mais tempo demoramos para esquecê-lo.

O que se constata é que os alunos e candidatos de provas, concursos públicos e exame da OAB não sabem estudar corretamente. Eles acreditam que sabem e que o fazem de maneira correta, por passarem muitas horas – algumas delas maçantes - assentados em uma cadeira estudando. Porém, no dia da prova acabam não conseguindo atender ao que lhe são cobrados, não obtendo assim o sucesso da aprovação. O que de fato está errado, então?

A maioria dos alunos, de forma errônea, aprende, desde o ensino fundamental, ainda nos colégios, que o método de estudo se resume em: conteúdo exposto em sala de aula, estudo em casa e ao final prática de inúmeros exercícios para fixar a matéria vista. Esta metodologia não é considerada a mais adequada.

Felipe Lima e Willian Douglas, sugerem aos candidatos, na obra Mapas Mentais e memorização para provas e concursos que:

‘após ter contato com os assuntos em sala de aula, sejam respondidos exercícios sem antes estudar ou revisar os conteúdos em casa. Isso fará com que o mecanismo de evocar se fortaleça e ele desenvolva a habilidade de lembrar-se de assuntos em longo prazo. No final da resolução dos exercícios e da conferência com os gabaritos, deve-se revisar os assuntos que tiveram maiores dificuldades e aprofundar os assuntos de uma forma geral com leituras complementares. (Lima, Felipe. Mapas mentais e memorização : para provas e concursos / Felipe Lima, Willian Douglas. - Niterói, RJ : Impetus, 2010.pag.19).

A memória pode ser desenvolvida através da realização de exercícios simples e diários. Ela pode ser “treinada” para aumentar significativamente o seu desempenho e a sua capacidade de assimilar certo conteúdo por um período mais prolongado no tempo. Esses exercícios se baseiam em técnicas de aprendizagem acelerada.

A função principal das técnicas de aprendizagem acelerada vai além do “aprender com eficiência” chegando a atingir à manutenção dos conteúdos disponíveis na memória e, principalmente, na habilidade de se lembrar e expressar aquilo que se sabe ou pensa.

O grande desafio dos candidatos em todas as fases de suas vidas enquanto alunos e concurseiros é o de absorver um volume extenso de informações e conhecimentos, adquiridos muitas das vezes em conteúdos vistos em meses, semestres ou até mesmo anos de estudos, e relembrar de tudo, de forma acelerada, no momento das provas.

Partindo do pressuposto do tamanho dos editais e do tempo de realização das provas, faz-se necessária a utilização de um mecanismo rápido, fácil e eficaz de ativação da memória e assimilação do conteúdo, auxiliando assim a aprendizagem, o não esquecimento do que já foi visto, o esgotamento do conteúdo exigido nos editais e seu acesso automático no momento da realização das provas. É aí que utilizamos, os mapas mentais.

No livro Mapas Mentais e memorização para provas e concursos, Felipe Lima e Willian Douglas, afirmam que:

quando um mapa mental é produzido, deve-se armazená-lo em uma CAIXA DIÁRIA, onde este será lido durante trinta dias consecutivos (de segunda a domingo). A repetição de um mês lendo um mesmo mapa mental, que contém não somente informações, mas as principais ideias compreendidas dos assuntos durante a participação nas aulas e leitura de livros, faz com que o assunto seja massificado na memória, sendo disponibilizado com fluidez e agilidade para lembrança (evocação). Estados emocionais alterados (ex.: raiva, medo, pânico etc), baixa qualidade do sono e de vida, fadiga física ou mental, estresse e ansiedade podem provocar lapsos de memória, tornando os conteúdos memorizados temporariamente indisponíveis, o que não significa a ineficiência das técnicas. (Lima, Felipe. Mapas mentais e memorização : para provas e concursos / Felipe Lima, W illiam Douglas. - Niterói, RJ : Impetus, 2010.pag.30).

Estudos demonstram que, em geral, um aluno gasta um tempo médio de 10s (dez segundos) para revisar um mapa mental que fora elaborado por ele mesmo, naquele mesmo dia.

Com base no exposto, ao longo de trinta dias de estudo, como o tema ficará cada vez mais familiarizado na mente do aluno, o tempo que ele levará para revisar o conteúdo previsto no mapa será cada vez menor. Assim, com o passar do tempo, o conteúdo diário poderá

passar a ser visto semanalmente, devendo ser visto pelo menos uma vez por semana ao longo de mês pelo aluno, para que o conteúdo não se perca e fixe cada vez mais.

Em seguida, esse mesmo conteúdo poderá ser visto quinzenalmente e assim sucessivamente, ou seja, mensalmente, semestralmente. O importante é o aluno ter sempre acesso e contato com o conteúdo inerente ao mapa. Forçar a memória e trabalhar para que as informações sejam sempre ativadas e assimiladas.

Caso o aluno não tenha fixado o conteúdo seguindo essa sistemática, o que é muito pouco provável de acontecer, visto que será repetida e frequentemente trabalhada a prática de estudos com Mapas Mentais a cerca de um tema específico, deve-se retornar a leitura diária do mapa para reforçar a fixação dos conhecimentos e facilitar a sua evocação. Leituras diárias do mapa mental é o grande segredo dessa metodologia. Quanto mais se lê o conteúdo em um dia, mais rapidamente se fixará os conteúdos e conhecimentos. Estudos semanais, quinzenais e semestrais dos conteúdos apenas e tão somente manterão a fixação adquirida durante o primeiro mês de revisões diárias.

Diante do exposto chega-se a duas conclusões: revisões sucessivas mantêm os assuntos disponíveis na memória e, quanto mais curto for o intervalo entre as revisões de uma matéria, menos tempo se leva em cada nova revisão.

2.2 Mapas mentais como instrumento de metodologia de ensino jurídico de docentes do Direito

A atualidade do ensino no Brasil é dramática, pois é perceptível a existência de um quadro educacional desanimador para os que lutam por ela e pela dignidade dos seus profissionais devido aos baixos salários, as más condições de infraestrutura material, ao descaso e autoritarismo das autoridades governamentais, dentre outros problemas existentes.

A formação inicial docente deve contemplar a produção de conhecimentos que contribuam para constituição de profissionais reflexivos, críticos e transformadores. Para que haja uma mudança no perfil desse profissional da educação é necessário dar especial atenção à sua formação, que:

(...) requer, assim, uma sólida formação teórico-prática. Muitas pessoas acreditam que o desempenho satisfatório do professor na sala de aula depende de vocação natural ou somente da experiência prática, descartando-se a teoria. É verdade que muitos professores manifestam especialmente tendência e gosto pela profissão, assim como se sabe que mais tempo de experiência ajuda no desempenho profissional. Entretanto o domínio das

bases teórico-científicas e técnicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, permitem maior segurança profissional de modo que o docente ganhe base para pensar sua prática e aprimore sempre mais a qualidade do seu trabalho (LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, (coleção magistério. Serie formação do professor), 1994.p.28).

É um fato notório que vivenciamos problemas de aprendizagem e ensinamento nos dias atuais. A maior parte dos alunos se encontra desmotivada e dispersa em sala de aula. Para conseguir prender a atenção do aluno o docente deve fazer uso de instrumentos inovadores de metodologias de ensino. Caso o contrário, não atingirá seu objetivo maior que é de transmitir um conteúdo e uma troca de experiências e informações e ter o retorno do aluno com a total assimilação e compreensão do tema abordado.

Para tornar as aulas mais atraentes, cabe ao docente ensinar estratégias de organização do tempo de estudo e revisão do conteúdo lecionado, incluindo o uso adequado de agendas e aplicativos através de esquemas e mapas mentais, usando tablet com ferramentas de mapas mentais (Simple Mind e iMindMap) ou até mesmo fazendo as confecções no próprio caderno ou rascunho do aluno.

Os mapas mentais também podem ser utilizados como mecanismo de planejamento de conteúdo que será repassado para os alunos, para estes estudarem.

A adoção de mapas mentais no ensino tem crescido ultimamente, devido aos benefícios de usá-los para aprender e também a disponibilidade de softwares para criar e compartilhar-los online. Hoje em dia é muito fácil e viável fazer uso esta técnica tão moderna.

Os professores reconheceram o valor de usar mapas mentais para envolver os alunos, incentivar a criatividade e sobretudo, ensinar a aprender o conteúdo e não simplesmente memorizar. Mapas Mentais foram ainda integrados em técnicas de ensino emergentes, como a Sala de Aula Invertida e Design Thinking.

Os professores podem usar e abusar da metodologia de ensino jurídico através da utilização dos mapas mentais de inúmeras formas, tais quais, para fazer o design do currículo do que será ensinado, um mapa dos temas que serão abordados e criar uma visão geral da

cronologia e como os assuntos se conectam ao longo do período letivo; para organizar o material para apresentar aos alunos em aula futura a ser lecionada; para debater e gerar discussões. Isso vai incentivar os alunos a participar, mas também para compreender plenamente um tema e suas nuances, criando conexões entre ideias; como uma sugestão de atividade em que consiste na construção conjunta de mapas mentais com os alunos, colocando questões, ordem cronológica de um assunto e seu conteúdo; como forma de apresentação de trabalhos - com mapas mentais online, a apresentação se torna mais visual e incentiva o público a se envolver com o material que está sendo apresentado; como mecanismo de conexões entre diferentes áreas; para construção da estrutura de uma redação, resumos e revisão; como forma de avaliação - ao pedir aos alunos para expressarem suas ideias sobre um tópico em um mapa antes e depois de uma classe; etc.

Um bom professor é aquele que busca maneiras de possibilitar aos alunos uma nova relação com o conhecimento. Atualmente, com o auxílio das novas tecnologias, se torna cada vez mais fácil o desenvolvimento de estratégias capazes de despertar o interesse dos estudantes pelo aprendizado. É importante transmitir ao aluno a mensagem de que os mesmos devem, ao máximo, se abster de reproduzir o que lhes foi passado, devendo sempre buscar, cada um em sua forma individual, produzir conhecimento. O uso de mapas mentais então, possibilita essa maior troca de conhecimentos e informações entre docente e alunos, deixando as aulas menos monótonas, mais divertidas e eficazes.

2.3 APLICAÇÕES DE MAPAS MENTAIS NO DIREITO

A seguir, segue alguns mapas mentais utilizados por estudantes de Direito ou docentes jurídicos, demonstrando como é fácil e prático a confecção e utilização de um mapa mental no dia a dia.

Figura 3: Mapas mentais e concursos públicos – Organização do Estado. Disponível em: <http://direcionalescolas.com.br/2015/01/29/mapas-mentais-e-concursos-publicos/> Acesso em: 11/04/2016.

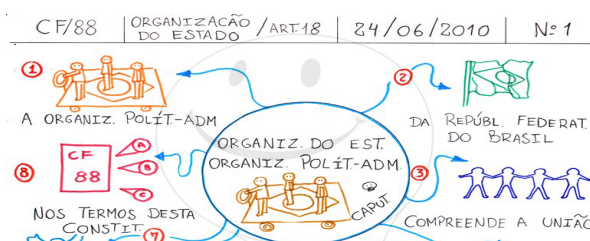


Figura 4: como se preparar para concurso público. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/522980575458252587/> Acesso em 11/04/2016.

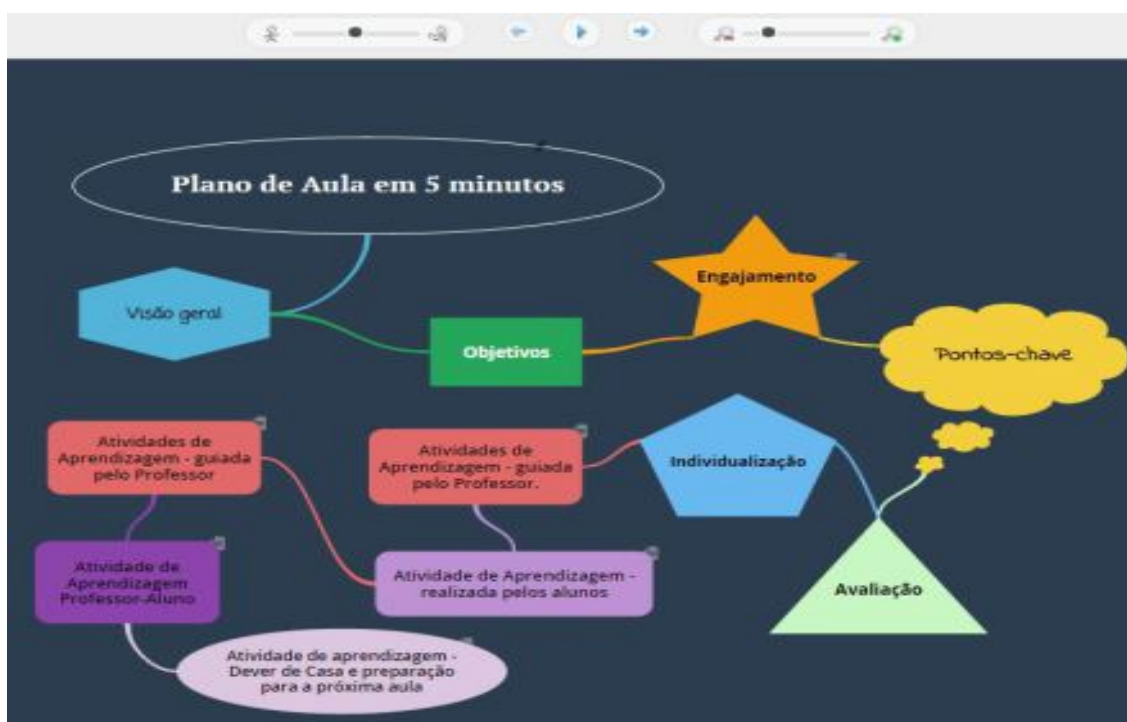


Figura 5: Plano de aula e plano de estudo. Disponível em: <https://fernandapassini.wordpress.com/2015/11/13/plano-de-aula-e-plano-de-estudo/> Acesso em: 11/04/16.

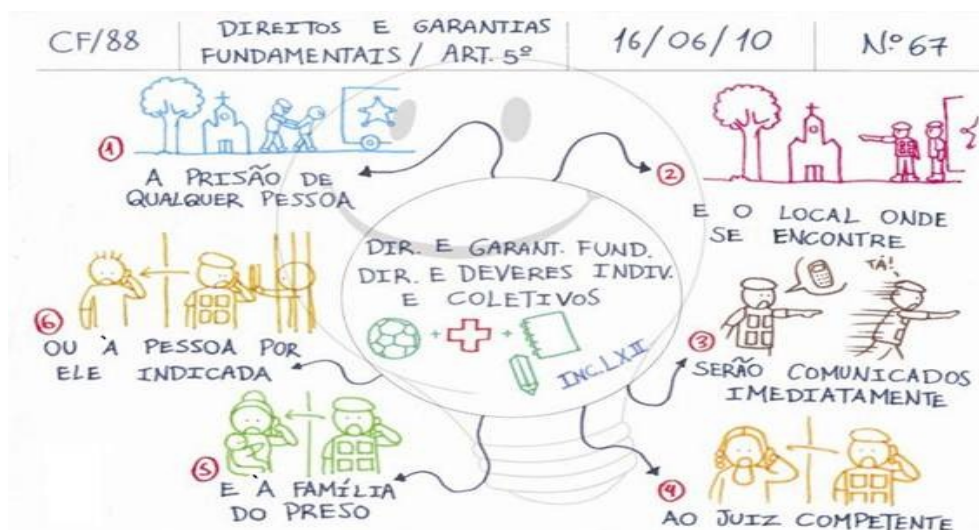


Figura 6: Mapas mentais e concursos públicos – Direitos e garantias fundamentais e direitos e deveres individuais e coletivos. Disponível em: <http://dizacionalescolas.com.br/2015/01/29/mapas-mentais-e-concursos-publicos/> Acesso em: 11/04/16.

CONCLUSÃO

O Mapa Mental é um recurso gráfico, confeccionado por meio de diagramas, palavras-chave e imagens que substitui o processo convencional de anotações sob a forma de listagem.

Usando o Mapa Mental você pode identificar e entender rapidamente e com mais eficiência a estrutura do assunto estudado ou a compreensão da problemática analisada, pois as relações e conexões entre as diversas peças de informação ficam mais evidentes, claras e diretas.

Você pode usar o Mapa Mental em inúmeras situações, quais sejam para resumir um livro, analisar as causas de um problema, planejar um livro ou artigo, se preparar para provas de concursos públicos e vestibulares, planejar viagens, reuniões, palestras, atividades semanais, organizar uma mala, estruturar uma festa, gerenciar um projeto e até mesmo analisar de forma direta rápida e única o funcionamento de uma empresa. O mapa mental é considerado como uma das mais populares ferramentas de criatividade.

Sua confecção é rápida e simples e demanda apenas a utilização de folha de papel (formato horizontal) e canetas coloridas ou um software. A partir do tema central determinado, deve-se posicioná-lo ao centro da folha e a partir dele setas devem ser puxadas originando as palavras-chave e as imagens que, de certa forma, correlacionam com o tema proposto.

Criado por Tony Buzan, que a partir de estudos da atividade cerebral – hemisfério direito e esquerdo-, chegou a conclusão que um melhor aprendizado e memorização sobre determinado assunto se dá pelo funcionamento conjugado de ambos os hemisférios, o mapa mental configurou grande importância em casos mundialmente conhecidos pela sociedade como o caso Boeing e o caso da empresa de abastecimento de energia elétrica Co Edison de Manhattan.

O presente artigo, em meio de tantos exemplos de utilizações e aplicações desta eficaz ferramenta, adentrou, de forma mais profunda, a aplicação dos mapas mentais na metodologia de ensino de Direito, mais especificadamente abordando em como essa inovadora técnica pode ser utilizada pelos docentes e pelos estudantes em salas de aulas, exame de Ordem e preparação para concursos públicos.

As exigências da Educação no século XXI significam o uso social do conhecimento. O conteúdo continua sendo importante, mas deixou de ser o fim, passando a ser o meio para a apropriação de saberes e habilidades necessárias aos desafios de nosso tempo. A inovação no método de ensino jurídico no Direito não precisa ser algo complexo, pois depende de simples ações, sustentadas por um descontentamento com aquilo que não se mostra mais efetivo. A utilização dos mapas mentais vem demonstrando grande eficácia e contribuindo para a aprendizagem, de fato, de um conteúdo lecionado por um docente. Este instrumento mais que inovador vem tornando a aprendizagem mais interessante, satisfatória e efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, Tony. **Memória Brilhante - Técnicas fáceis e eficazes para desenvolver sua capacidade de memorização**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

_____. **Mapas mentais - Métodos criativos para estimular o raciocínio e usar ao máximo o potencial do seu cérebro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

_____. **“Mapas mentais e sua elaboração: um sistema definitivo de pensamento que transformará a sua vida”** / Tony Buzan; tradução Euclides Luiz Calloni, Celusa Margô Wosgrau, São Paulo, Cultrix, 2005.

DESCARTES, Rene. Biografia. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/rene_descartes/> acesso em 1/04/16.

DOUGLAS, William. **Como passar em provas e concursos**. 20. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier,

HOGAN, CHRISTINE. **Mind mapping; some practical application. Training & Management Development Methods**, v.8, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, (coleção magistério. Serie formação do professor), 1994.p.28

LIMA, Felipe. **Mapas mentais e memorização : para provas e concursos** / Felipe Lima, William Douglas. - Niterói, RJ : Impetus, 2010.pag.19 e 30.

MIND MAP USED TO REBUILD DOWNTOWN MANHATTAN AFTER 9/11. Disponível em: (<<http://ideamapping.ideamappingsuccess.com/IdeaMappingBlogs/2011/10/13/idea-map-or-mind-map-used-to-rebuild-downtown-manchattan-after-911/>>). Acesso em 28/03/2016.

MARC DAX'S BIOGRAPHY. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/Marc_Dax> Acesso em: 30/03/16.

ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 – Os dois lados do cérebro (Imagem disponível em: <<http://www.fatosdesconhecidos.com.br/o-cerebro-tem-um-lado-criativo-e-outro-racional/>> Acesso em 30/03/2016.

Figura 2 – Como elaborar e otimizar seus estudos (Imagem disponível em: < <http://marciokabe.com.br/mapas-mentais-2/como-fazer-mapas-mentais/> >acesso em 01/04/16.

Figura 3- Mapas mentais e concursos públicos – Organização do Estado. Disponível em: <<http://direcionalescolas.com.br/2015/01/29/mapas-mentais-e-concursos-publicos/>> Acesso em:11/04/2016.

Figura 4-Como se preparar para concurso público. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/522980575458252587/>> Acesso em 11/04/2016.

Figura 5- Plano de aula e plano de estudo. Disponível em: <https://fernandapassini.wordpress.com/2015/11/13/plano-de-aula-e-plano-de-estudo/> Acesso em:11/04/16.

Figura 6 - Mapas mentais e concursos públicos – Direitos e garantias fundamentais e direitos e deveres individuais e coletivos. Disponível em: <<http://direcionalescolas.com.br/2015/01/29/mapas-mentais-e-concursos-publicos/>> Acesso em: 11/04/16.